

RESENHA

DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

189

REVIEW

THE CHALLENGES HIGHER EDUCATION FACES IN BRAZIL

Maciana de Freitas e Souza¹

Aylana Paula dos Santos Silva²

Recebido em: 16/08/2019

Aprovado em: 16/11/2019

¹ Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – (UERN). Pós Graduada em Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família pela instituição Faculdade Vale do Jaguaribe. E-mail: macianafreitas@hotmail.com.

² Graduanda em Letras Habilitação em Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. E-mail: aylana_silva@hotmail.com

O livro “Da universidade à commoditycidade ou de como e quando, educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado”, escrito por Lucídio Bianchetti e por Valdemar Sguissardi, analisa a educação superior no contexto brasileiro e o processo de expansão e mercantilização do ensino. O livro apresenta prefácio escrito por Almerindo Janela Afonso e está dividido em três capítulos, além da introdução e considerações finais.

Lucídio Bianchetti é Professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Valdemar Sguissardi, professor titular aposentado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), ambos são pesquisadores na área da Educação. Por meio de uma linguagem objetiva, apresentam neste livro um debate necessário sobre a política educacional brasileira, sobretudo no ensino superior que nas últimas décadas que tem passado por um processo intenso de privatizações em detrimento da atuação do Estado na manutenção das universidades públicas.

No primeiro capítulo “Universidade, tutelas e políticas educacionais: da instituição medieval à moderna. Alguns antecedentes da situação atual”, os autores discutem as transformações históricas no ensino superior. Para Bianchetti e Sguissardi, na Idade Média, a criação das universidades pela Igreja Católica tinham como objetivo legitimar a ordem instituída bem como “[...] reforçar e proteger a fé contra as heresias” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 18). É válido ressaltar que nesse período, as iniciativas de ensino superior eram pontuais e restritas a determinados grupos sociais e “[...] a universidade passará a ser mais um dos instrumentos de continuidade ou busca de hegemonia por parte da igreja [...]” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p.18).

Após a Revolução Francesa, a universidade rompe com a tradição medieval e mudanças parciais podem ser vistas, uma vez que tal marco histórico promove a introdução do ensino, a pesquisa e a extensão. No contexto da

modernidade, tais instituições “se dedicam a oferecer ensino, buscando auferir lucros da educação como mercadoria” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 30), para atender as necessidades da burguesia e a reprodução do capital.

No segundo capítulo, “Brasil: de instituições de ensino superior tuteladas –passando por experiências fundantes – à regulação”, Bianchetti e Sguissardi pontuam que em 1808, com a chegada da corte portuguesa observa-se a criação de cursos superiores isolados, cujo objetivo seria a formação de profissionais para atender a corte imperial. Somente, na segunda metade da década de 1930, que podem ser vistas as primeiras universidades no país. Nesse cenário, destacam-se Universidade de São Paulo (USP), a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Universidade de Brasília (UnB).

Ao longo desse processo de expansão do ensino, os autores reforçam a importância dos cursos de pós graduação - mestrado e doutorado como elementos fundamentais para “renovar, reconstruir, transformar a universidade” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 61) e mencionam a criação em 1951 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo educador Anísio Teixeira.

A partir dos anos 1960 se iniciou o processo de expansão do ensino superior. Vale ressaltar que em 1964, ocorreu o Golpe Militar no Brasil, que instaurou o regime ditatorial que durou até 1985. Durante os governos militares, deu-se início o projeto desenvolvimentista com ênfase em políticas voltadas a economia. Esse período é marcado pelo processo de industrialização e com o objetivo de modernizar o país e formar profissionais para o mercado de trabalho, houve o crescimento das IES. A partir das reformas educacionais, pode ser visto um aumento das universidades privadas, em detrimento dos investimentos no setor público.

Com a redemocratização política, é introduzido o ideário neoliberal no Brasil e neste período o Estado passa a atuar como pilar fundamental de

sustentação do capital, desse modo percebe-se a redução dos investimentos públicos nas instituições de ensino superior (IES) públicas. Os anos 1990 são marcados por uma crise estrutural do sistema capitalista e consequente retração das políticas sociais. O projeto neoliberal, com a subordinação do Estado brasileiro aos Organismos Financeiros Internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, tem contribuído para o desmonte do direito à educação e seu caráter universal, público, estatal e de qualidade.

Bianchetti e Sguissardi (2017) no terceiro capítulo, intitulado “À commoditycidade”, realiza uma reflexão crítica sobre o crescimento do ensino superior brasileiro e os desafios presentes com a inserção das Instituições de ensino Superior Privadas no mercado financeiro e a expansão das matrículas nesse nível de ensino na realidade nacional. Essas ações estão “(...) especialmente nos centros urbanos mais populosos, onde a presença de clientela, seja pelo número, seja pela pressão para ‘diplomar-se’, está assegurada”. (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 76).

Esse processo de mercantilização tem contribuído para mudanças substanciais na organização e no funcionamento do ensino superior do país. Para Bianchetti e Sguissardi essa expansão das universidades pela via do setor privado está relacionada a “[...] formação de monopólios e oligopólios a partir da aquisição, função ou incorporação entre algumas das maiores empresas do setor educacional” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 89) e também pela abertura de capital na bolsa de valores por essas instituições, com o objetivo de garantir a expansão dos lucros.

Para os autores, as mudanças que o ensino superior brasileiro tem apresentado estão voltadas para os interesses do capital, alterando a qualidade do ensino ofertado, uma vez que há uma série de desafios para assegurar a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão. Nesse contexto a “responsabilidade por aspectos essenciais da educação, sem contar a metamorfose pelo qual passa o processo de avaliação, perdendo esta a

característica de ser formativa, para transformar-se em reguladora, controladora, rankeadora, etc.” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 87).

Desse modo, como os autores apontam no título, “o futuro da universidade estaria situado em algum lugar do passado” pelo caminho que a educação tem apresentado em tempos neoliberais com sua lógica voltada ao mercado como também o retorno ao modelo tradicional de educação profissional em detrimento da educação crítica, com redução nos investimentos em atividades de extensão e pesquisa, que a médio e longo prazo trará repercussões nos índices de desenvolvimento científico e também na proteção dos valores essenciais à democracia.

Para Bianchetti e Sguissardi as ações desenvolvidas pelas instituições de ensino privadas visam principalmente o lucro. “Essa decisão, comum nas estratégias das empresas comerciais, ao ser aplicada à compra e venda de um produto chamado ‘educação/ensino’, transforma esse ‘produto’ em mercadoria/commodity, levando ao paroxismo a expressão ‘mercantilização da educação’” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 89-90).

A ampliação da oferta de serviços e cursos em instituições privadas sem a estrutura necessária, para os autores citados, está relacionada à compreensão da educação enquanto uma mercadoria na qual “[...] a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 105). Como resultado desse processo de mercantilização do ensino superior, podemos notar uma redução significativa do orçamento para a manutenção das instituições públicas. Assim, a educação pública perde centralidade bem como a qualidade do ensino. Conforme Bianchetti e Sguissardi:

[...] Afinal, quanto maior o exército de analfabetos, ou analfabetos funcionais, maiores serão as chances de oferecer serviços em forma de cursos fastfood. E desta maneira, serviços ‘educacionais’ compensatórios e voltados aos interesses imediatos de empresa passam a ser o cânone, descaracterizando a quase milenar proposta/missão da hoje (ex) universitas (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 105).

Neste contexto a educação, enquanto direito social, está sendo transformada - cada vez mais – em mercadoria e as universidades públicas passam por uma série de dificuldades no que se refere a abertura de novos cursos, expansão de vagas, bolsas de pesquisa, campos adequados de estágios, formação continuada aos docentes e autonomia administrativa/ financeira. A reprodução desse modelo de ensino privado insere-se num contexto em que tais ações são pertinentes para a rentabilidade do capital financeiro em detrimento do direito à educação.

Outra reflexão apresentada é a questão do desenvolvimento de capacitações e habilidades, que é deixada em segundo plano, visto que o aluno “[...]comparece à universidade negociando o seu tempo e às vezes o seu próprio dinheiro ou aquele repassado pelo governo ao empresário para formar-se um profissional” (BIANCHETTI E SGUISSARDI, 2017, p. 109). A partir desse cenário, observa-se que muitas instituições privadas não tem apresentado o compromisso em desenvolver um ensino reflexivo e crítico com vistas a mudanças sociais.

Destarte, no contexto de crise do capital, as ações em curso estão direcionadas ao mercado com a não efetivação dos princípios constitucionais, sobretudo na área da educação e com isso percebe-se o avanço da privatização das instituições de ensino, descaracterizando a educação enquanto uma política pública. Assim, a educação é colocada como condição fundamental para o crescimento econômico e reprodução do capital financeiro. Enfim, é um livro fundamental para compreender o crescimento das universidades privadas no Brasil e os desafios para o Estado garantir o direito à educação superior pública e de qualidade.

Referência

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. *Da universidade à commoditycidade*: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.